

Relator acusa Lopes de peculato e banqueiros por tráfico de influência

João Alberto, em documento apresentado à CPI do Sistema Financeiro, pede ao Ministério Público que promova ação contra os envolvidos, objetivando recuperar prejuízos do BC com a venda de dólares ao Marka e ao FonteCindam



O relator, deputado Roberto Brant (E), ao lado dos senadores Maguito Vilela e Marina Silva, aguarda emendas a seu relatório final até terça-feira

Em relatório apresentado ontem à CPI do Sistema Financeiro, o senador João Alberto afirma que os ex-diretores do Banco Central em janeiro último, inclusive o então presidente, Francisco Lopes, cometeram peculato (uso indevido de dinheiro público). Ele atribui ao ex-dono do Banco Marka, Alberto Salvatore Cacciola, e aos controladores do Banco FonteCindam a prática de tráfico de influência e gestão temerária (excesso de risco cambial).

PÁGINA 3

Plenário vota mudanças nas aposentadorias

PÁGINA 2

COMISSÃO DISCUTE DOCUMENTO FINAL COM ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA NO PAÍS

PÁGINA 5

Souto apresenta hoje relatório sobre TRT-SP

A CPI do Judiciário reúne-se hoje, às 10 horas, para conhecer o relatório sobre as denúncias de ilegalidades e superfaturamento na construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, que será apresentado pelo relator, senador Paulo Souto. Este será o sétimo relatório a ser apreciado na comissão.

PÁGINA 5



Elcio prevê ação integrada na Amazônia

PÁGINA 4

O senador José Sarney, entre o ministro Elcio Alves e o embaixador Seixas Correia, presidiu o seminário sobre a Amazônia



Plenário vota projeto que cria o fator previdenciário

Modificações no sistema de aposentadorias do setor privado estão contidas em proposta do governo que já tramitou na Câmara

O Senado vota hoje, em regime de urgência, projeto que cria o fator previdenciário para o cálculo de aposentadorias de contribuintes individuais da Previdência Social. A matéria, de autoria do Poder Executivo, já foi aprovada na Câmara dos Deputados e, caso seja aprovada em plenário, seguirá para a sanção do presidente da República.

O projeto obteve parecer favorável das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele sustentou que o projeto não descumpra a Constituição por garantir o direito de aposentadoria aos segurados que contribuíram pelo tempo mínimo necessário. Pelo contrário, afirma, mantém o cumprimento do dispositivo constitucional ao "garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social".

CAS ouve hoje procuradores sobre ação contra diretor do Indesp

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), realiza audiência pública hoje, às 9h, com a finalidade de ouvir os procuradores da República no Distrito Federal Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb sobre a ação cautelar na qual acusam o diretor de Administração e Finanças do Indesp, Luiz Antônio Buffara, de improbidade na condução da liberação dos bingos eletrônicos.

De acordo com informações obtidas por Osmar Dias, o Ministério Público da Itália teria entrado em contato com os procuradores convidados para averiguar a participação da máfia daquele país no processo.

Na mesma reunião, a comissão também deve apreciar projeto de resolução da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a pensão de dependentes de integrantes do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) analisou a matéria na CAS. Segundo ele, a criação do fator previdenciário irá tornar mais próxima a relação entre benefício e contribuição, ao introduzir a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado no cálculo do valor da aposentadoria.

Além desse projeto, os senadores devem apreciar outras 19 matérias. Entre elas, substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à emenda constitucional que trata da edição de medidas provisórias. A matéria já foi examinada pela Câmara dos Deputados, que introduziu modificações à proposta original, de autoria do ex-senador Esperidião Amin.

Os senadores votam ainda dois projetos de resolução autorizando o estado de São Paulo a contratar operações de crédito externo nos valores de US\$ 55 milhões e US\$ 45 milhões. Os recur-

sos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação do Solo e do Projeto Integrado de Transporte Urbano de São Paulo - ligação Barra Funda/Roosevelt, respectivamente. Os projetos também tramitam em regime de urgência.

Também consta da pauta projeto oriundo da Câmara que estende aos empregados domésticos o direito ao seguro-desemprego e, ainda, projeto que modifica a CLT, com a finalidade de garantir aos empregados o cômputo na jornada de trabalho do tempo despendido até o local de trabalho, em condução fornecida pelo empregador.

O plenário também inicia a discussão de proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades.



Antonio Carlos e José Serra: emenda é auto-aplicável e poderá ser implementada já no ano que vem

SERRA VISITA ACM E PEDE TRAMITAÇÃO RÁPIDA DE EMENDA SOBRE A SAÚDE

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a visita do ministro da Saúde, José Serra, que veio expor a posição do governo a favor de emenda constitucional que inicia sua tramitação na Casa, e que garante piso mínimo de recursos considerados indispensáveis para o funcionamento dos serviços de saúde.

Serra disse que a emenda é auto-aplicável, por isso não precisa ser aprovada no exercício anterior ao de sua entrada em vigor, mas ainda assim gostaria de vê-la votada, pelo menos em primeiro turno, neste ano, caso seja possível para o Senado.

O ministro informou também que o objetivo maior da emenda é estabelecer "uma garantia contra colapsos, como o ocorrido em 1992", e que sua aprovação não implica aumento significativo dos recursos destinados à saúde.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991; *PR nº 114/99, que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 55 milhões, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação do Solo (Microbacias); *PR nº 115/99, que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 45 milhões, destinada ao financiamento parcial do Projeto Integrado de Transporte Urbano de São Paulo - ligação Barra Funda/Roosevelt; quinto e último dia de discussão (votação nominal), em primeiro turno, da *PEC nº 1-A/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; *PLS nº 136/99, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; *PLC nº 50/95, que introduz alterações na Lei nº 7.998/90, que institui o seguro-desemprego, visando a estender o benefício ao empregado doméstico; *PLC nº 82/95, que dá nova redação ao art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43 (cômputo na jornada de trabalho do tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, e para seu retorno, quando não servido por transporte público); *PLC nº 60/96, que altera o art. 883 da Lei nº 5.869/73, que institui o Código de Processo Civil (permitindo que qualquer pessoa adulta que se encontre no endereço indicado possa receber aviso de intimação enviado, por preposto, pelo oficial); *PDL nº 33/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Mulher Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araraquara (SP); *PDL nº 37/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Fundação Dom Avelar Brandão Vilela para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teresina (PI); *PDL nº 45/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede MS Integração de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Grande (MS); *PDL nº 58/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Negrinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho (SC); *PDL nº 101/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação João XXIII para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mafra (SC); *PDL nº 104/98, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Jomal Fluminense de Campos Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos (RJ); *PDL nº 106/98, que aprova o ato que renova a concessão do Sistema Independência de Rádio e Comunicações Ltda. (SIR) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José do Rio Preto (SP); *PDL nº 109/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Isaec de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau (SC); *PDL nº 128/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Lucena (RS); *PDL nº 127/99, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Século Vinte e Um para explorar canal de TV, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campinas (SP); e *Requerimento nº 635/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 526 e 538, de 1999.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Audiência pública com os procuradores da República do Distrito Federal, Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb, para prestarem informações sobre a ação cautelar preparatória da ação de improbidade e ação civil pública contra Luiz Antônio Buffara. Pauta-Extra: *PR nº 1/99, que regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União. Ala Alexandre Costa — Sala 9

10h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação do relatório sobre ilegalidades e superfaturamento da obra no Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros itens, Emenda nº 1 de plenário ao substituto do *PL nº 180/99, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096/95, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei, e altera a redação do parágrafo 2º do art. 47 da Lei nº 9.504/97; *PLS nº 281/99, que altera o art. 1.611 do Código Civil, estendendo o benefício do parágrafo 2º ao filho necessitado portador de deficiência; *PEC 67/99, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e *PLS nº 205/99, que acrescenta parágrafo 1º ao artigo 9º da Lei nº 4.591/64. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

17h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Seminário "Amazônia — Patrimônio Ameaçado?". Pauta: exposições do ministro da Justiça, José Carlos Dias, e do superintendente da Sudam, Maurício Benedito Barreira Vasconcelos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h30 — Subcomissão do Rádio e TV

Audiência pública — Tema: Radiodifusão Comunitária. Convidados: Renato Navarro Guerreiro, presidente da Anatel; Emmanoel Emir Alcântara Magalhães, presidente da Rádio Ar Livre (RJ); José Luiz do Nascimento Sotter, presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (DF), e Paulo Fernando Silveira, juiz titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba (MG). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Relator conclui que Lopes e diretores do BC cometeram crime de peculato

Em documento apresentado ontem, João Alberto também atribui aos controladores dos bancos Marka e FonteCindam a prática de gestão temerária e de tráfico de influência



Em relatório apresentado ontem à CPI do Sistema Financeiro, o senador João Alberto (PMDB-MA) atribuiu àque-

les que dirigiam o Banco Central (BC) no último mês de janeiro — inclusive o então presidente, Francisco Lopes — a prática de peculato (uso indevido de dinheiro público). Ele afirma que o ex-dono do Banco Marka, Alberto Salvatore Cacciola, e os controladores do Banco FonteCindam teriam incorrido em tráfico de influência e gestão temerária (excesso de risco cambial), o que contraria o Código Penal e a Lei do Colarinho Branco.

O senador pede ao Ministério Público que promova ação contra todos eles, para recuperar os prejuízos do BC com

a venda de dólares ao Marka e ao FonteCindam. Os prejuízos, segundo o relator, chegaram a R\$ 1,57 bilhão. Conforme o relatório, os servidores da Diretoria de Fiscalização e os procuradores do Banco Central não cumpriram a lei e permitiram a sobrevivência do Marka, quando ele deveria ter ido à liquidação extrajudicial.

João Alberto sustenta que não havia risco de quebra do sistema financeiro em meados de janeiro, véspera da desvalorização cambial, e, portanto, a diretoria do BC não poderia ter usado dinheiro público para vender dólares ao Marka e ao FonteCindam a preços favorecidos. Ele afir-

ma ainda que Cacciola se valeu de um amigo de Francisco Lopes, Luiz Augusto Bragança, para interferir na operação de salvamento do Marka, o que fere o artigo 312 do Código Penal (tráfico de influência).

Segundo relatório parcial, as operações com o Marka e o FonteCindam causaram prejuízo de R\$ 1,57 bilhão ao Banco Central

— Também ficou claro que Francisco Lopes e outros diretores, além do ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola, mentiram à CPI, o que configura crime previsto no Código Penal — disse em entrevista à imprensa o senador João Alberto.

Esta é a segunda parte do relatório apresentado por João Alberto. Os integrantes da CPI terão cinco dias para apresentar emendas. A terceira parte,

referente ao Proer, será apresentada nos próximos dias e a votação final do documento ocorrerá entre os dias 25 e 30 deste mês. A comissão encerrará suas atividades dia 5 de dezembro.

No relatório, de quase 160 páginas, João Alberto afirma que nenhum diretor do BC indicou à CPI qualquer dispositivo legal que autoriza “a entrega de patrimônio público a agentes econômicos privados, mesmo em caso de crise sistêmica”. Ele lembra que ninguém na administração pública pode transferir patrimônio do Estado sem expressa autorização legal. Diz ainda que a fiscalização do BC errou ao deixar de liquidar o Marka “em virtude de sua insustentável situação patrimonial”. Por isso, propõe ao Ministério Público que seus dirigentes também sejam responsabilizados, ao lado dos ex-diretores do BC.

Nova comissão acompanharia o sistema financeiro

Junto com seu relatório, o senador João Alberto Souza propõe ao Congresso Nacional sete projetos de lei e duas resoluções do Senado, com a finalidade de aprimorar a fiscalização financeira. Numa das resoluções, o relator sugere que o Senado crie uma comissão de acompanhamento do sistema financeiro, com equipes técnicas especializadas.

A nova comissão permanente teria a incumbência de acompanhar e opinar sobre a política financeira, inclusive convocando o presidente do Banco Central a cada seis meses para uma audiência pública, quando ele seria questionado sobre os rumos da política econômica. Já os presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES seriam convocados trimestralmente pela comissão.

Conforme João Alberto, o contato do Congresso com o sistema financeiro tem ocorrido “de forma negativa”, sob o impacto de escândalos que produzem

CPIs. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) tem se dedicado mais ao relacionamento financeiro da União com os estados e os municípios e assuntos gerais, como agricultura e energia. Com isso, o Congresso “não tem sido eficiente” no acompanhamento dos temas financeiros, “marcados por mudanças rápidas em um ambiente de progressiva complexidade”.

Um dos projetos de lei muda a lei das sociedades por ações para exigir que nenhuma empresa possa emitir debêntures que ultrapassem a 100% do seu patrimônio líquido. Nas suas investigações, a CPI dos Bancos encontrou uma empresa ligada ao Banco Marka que provocou grandes prejuízos por ter emitido debêntures em



João Alberto quer criar seguro-garantia para evitar prejuízo a comprador de imóvel em construção

valor muitas vezes superior ao seu capital.

Outra proposta regulamenta a prestação de informações por parte de empresas ao Sistema Central de Risco de Crédito, do Banco Central. Entre outras coisas, o projeto estabelece que não constitui quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial a remessa de dados ao Sistema de Risco, que avalia se uma instituição financeira está operando de forma temerária. Atualmente, este sistema enfrenta dificuldades para receber dados, porque os bancos argumentam que as informações solicitadas são protegidas pelo sigilo.

João Alberto propõe ainda ao Con-

gresso a aprovação de um projeto que obriga as sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, a publicarem demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas. O relator afirma que essas empresas, por não serem estruturadas na forma de sociedades anônimas, não divulgam dados necessários para que investidores tenham acesso à sua efetiva situação financeira.

Outra sugestão do relator da CPI dos bancos prevê que os compradores de imóveis em construção poderão optar por um seguro-garantia, que evitará prejuízos caso a construtora entre em dificuldades. A CPI investigou as relações do Banco do Brasil com a Encol e concluiu que a falta desse seguro é que provocou prejuízos a milhares de mutuários da construtora. De acordo com a proposta, metade do seguro será paga pela construtora e a outra metade pelo comprador do imóvel.

Banco Central é cobrado sobre envio de documentos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que enviou correspondência ao presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, cobrando o envio das informações, solicitadas pela CPI do Sistema Financeiro, sobre a movimentação bancária de empresas e pessoas sob investigação dessa comissão.

Antonio Carlos informou ter recebido telefonema de Armínio Fraga, garantindo que o BC “vai responder à solicitação”.

Na última quarta-feira, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) acusou o Banco Central de dificultar os trabalhos da CPI, atrasando a entrega de documentos, sob a alegação de que as informações são protegidas por sigilo bancário. Jader criticou o diretor de Fiscalização do BC, Luiz Carlos Alvarez, que questionou em ofício se o pedido de informações havia sido aprovado pela maioria absoluta dos membros da comissão, pois só assim poderia mandar a documentação.

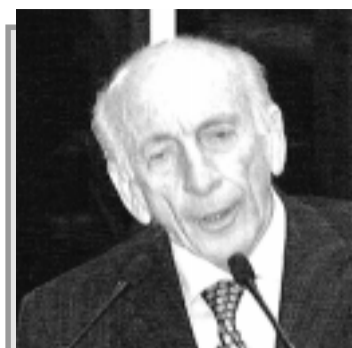
ACM mantém oposição ao fim do teto salarial único

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou na manhã de ontem sua posição contrária à criação de tetos salariais diferenciados para os três Poderes da República. Ele disse que as 372 assinaturas obtidas pelo deputado Severino Cavalcanti para apresentar emenda constitucional propondo a diferenciação dos tetos não representam, necessariamente, votos favoráveis à proposta.

— Até aqui as assinaturas são apoios para a tramitação da ma-

téria, não necessariamente compromissos de votar a favor da proposta — argumentou, enfatizando que não mudará sua opinião sobre o assunto, “ainda que possa ficar sozinho nessa posição”.

Antonio Carlos destacou que não há como falar em aumento salarial para os parlamentares enquanto o salário mínimo não receber um reajuste. A sugestão, lançada por alguns parlamentares, de fixar os vencimentos de deputados e senadores em R\$ 20 mil mensais, foi considerada por ele como “uma loucura”.



Lauro Campos sentiu-se mal quando fazia pronunciamento da tribuna do Senado

Mal-estar leva Lauro Campos a ser hospitalizado

O senador Lauro Campos (PT-DF) sentiu-se mal ontem, em plenário, ao discursar sobre sua proposta de impedir o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) a projetos que não gerem empregos. A sessão foi suspensa para que ele fosse atendido pelo serviço médico.

Lauro foi removido, em seguida, para o Hospital Santa Lúcia, apresentando sinais de crise de hipertensão e hipoglicemia. Por orientação médica, o senador passou a noite de ontem em repouso, no hospital, devendo ir para casa hoje pela manhã. Há alguns anos o senador se submeteu à cirurgia para implantação de duas pontes de safena, mas ainda apresenta quadro de problemas cardíacos.

Projeto de lei regula uso de recursos do FAT

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou ontem projeto de lei proibindo que o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financie projetos que não gerem empregos, usando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A ideia é impedir que estes recursos financiem meras transferências de ativos entre empresas.

— Não podemos permitir que o banco entre recursos do social no anti-social, ou seja, em financiamentos que não gerem empregos nem atividade produtiva. Foi o que o BNDES fez na privatização da Companhia de Geração Elétrica Tietê, ao financiar uma empresa norte-americana numa mera transferência patrimonial — explicou.

Preocupado com a desnacionalização da economia, ele admite que o projeto não impedirá que continuem as privatizações no país. “Trata-se de um remédio modesto. Não será suficiente para impedir a fúria entreguista de gente como Elena Landau, que considera bom negócio o financiamento de estatais estrangeiras para adquirir estatais brasileiras, mesmo que o número de empregos fique diminuído.” O senador disse que a privatização da CVRD e da CSN são exemplos de transferências de ativos financiadas com recursos públicos e sem aumento dos níveis de emprego.

A intenção do representante do Distrito Federal é dar “alguma humanidade e inteligência” às privatizações.

Francelino pede basta à corrupção e culpa lobistas

Ao comentar as audiências públicas com os ministros Eliseu Padilha, dos Transportes, e Rafael Greca, do Esporte e Turismo, que se realizarão esta semana no Congresso, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) pediu ontem "um basta à corrupção, que está entranhada no Executivo, bastante presente no Legislativo e nas esferas estaduais e municipais de poder". Ele disse que não queria entrar no mérito das acusações, "até por desconhecimento de provas cabais que possam confirmar ou rejeitar, de plano, as denúncias da mídia".



Francelino: lobby precisa de regras

Para Francelino, a inexistência de uma legislação regulamentando o lobby como atividade lícita representa um dos principais motivos da corrupção administrativa no Brasil. "Em segundo lugar, a desfaçatez com que alguns lobistas atuam, recorrendo à oferta direta de dinheiro e outras vantagens ou a práticas de chantagem pessoal e política", acrescentou.

Alcântara quer regulamentar a quebra de sigilo

O combate à corrupção na esfera pública passa pela regulamentação da quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, objeto de projeto de lei aprovado no Senado e "há tempos" dependente de apreciação da Câmara dos Deputados, disse ontem o senador



Alcântara já pediu tramitação rápida

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) em comentário a pronunciamento do senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Autor do projeto, aprovado no Senado sob a forma de substitutivo proposto pelo então senador Wilson Kleinübing, Lúcio Alcântara afirmou que solicitará ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer, maior agilidade na tramitação da matéria.

Outra medida sugerida pelo senador foi a regulamentação das atividades de lobby, para que pessoas e entidades que desejam influenciar o conteúdo dos projetos e das decisões tomadas pelo Congresso ajam às claras, com transparência. Apesar da conotação pejorativa que envolve as atividades dos lobbies, Lúcio Alcântara lembrou que eles foram especialmente atuantes na Assembléia Nacional Constituinte, organizados em torno da defesa dos mais variados interesses.

Governo anunciará proposta para defender a Amazônia

Ministro da Defesa diz que idéia é adotar uma ação integrada para a região, a ser debatida pelo Congresso e pela sociedade

O ministro da Defesa, Elcio Alvares, disse ontem, em seminário promovido pela Comissão de Relações Exteriores, que o presidente da República, "em três ou quatro meses, poderá anunciar uma ação integrada para a Amazônia" a ser debatida amplamente pelo Congresso e pela sociedade. "Esta é a preocupação da intimidade do Ministério da Defesa, no âmbito de seu Estado-Maior", afirmou, que está realizando, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, levantamento sobre as ações desenvolvidas na região pelo conjunto do governo.

Além de Elcio Alvares, participaram do seminário o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Seixas Corrêa, o general Werlon Roure, o brigadeiro José Orlando Bellon e o coronel Claudimar, responsável pelo programa Calha Norte.

Na presidência, o senador José Sarney (PMDB-AP) considerou que os participantes levaram "bons e valiosos subsídios para as atividades da comissão".

Álvaro Dias critica a política habitacional

A existência de um déficit de moradias que já passa de dez milhões de unidades levou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) a analisar ontem a política habitacional do governo, gerida pela Caixa Econômica Federal (CEF). Segundo o senador, a "situação lamentável" em que se encontram os mutuários "tem raízes históricas e é o resultado de uma política habitacional inadequada e insuficientemente financiada pelos diversos governos".

Os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) foram, em sua expressiva maioria, vítimas do impacto do cenário econômico desfavorável, que se refletiu em seu achatamento salarial, com perda de poder aquisitivo, agravado, em muitos casos, pelo desemprego do chefe de família, que se via impedido de manter em dia as prestações que havia contratado — explicou Álvaro Dias.

Ao mesmo tempo, continuou o senador, os reajustes das prestações e do saldo devedor são calculados com base em índices que levam ao atraso do pagamento, ao abandono dos contratos de financiamento e à devolução de unidades habitacionais aos financiadores. Com isso, disse, ficam compro-



Álvaro Dias: mutuários em situação crítica

metidos os fluxos financeiros e a solidez dos ativos, uma vez que essas unidades representam também um encargo operacional para os agentes financiadores, que não conseguem mais comercializá-los para terceiros pelo valor dos saldos devedores remanescentes.

Arlindo Porto (PTB-MG), em aparte, disse que essa preocupação com a política habitacional, principalmente a voltada para as classes menos favorecidas, deveria ser do Congresso Nacional e chegar também ao Executivo.



Elcio Alvares (C), ao lado do senador José Sarney, disse que o Sivam permitirá o controle integral do espaço aéreo da região

meio ambiente, garantir suas fronteiras e "não abrir mão do controle e da soberania sobre aquele território".

O anúncio foi feito em resposta ao senador José Fogaça (PMDB-RS), que apontou superposição de ações de vários órgãos com atuação na Amazônia; por isso, ele sugeriu a elaboração de um plano diretor de governo para a região como a melhor forma de dizer ao mundo que o Brasil quer preservar o

Jucá comemora mudanças de regras pelo Incra

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou ontem decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no sentido de mudar as regras para a regularização de terras acima de 100 hectares, que estava suspensa. Ele recebeu o presidente do Incra, Nelson Borges Gonçalves, informando sobre a decisão, que será objeto de instrução normativa a ser publicada.



Jucá: portaria causou muitos prejuízos

Segundo Jucá, a portaria que sustenta a regularização era genérica e causou muitos prejuízos nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, especialmente em áreas de fronteira, como no caso de Roraima, onde a maioria das propriedades rurais excede os 100 hectares. "Somente em Roraima, são mais de mil processos paralisados", afirmou o senador. Para ele, o título definitivo da terra é um documento imprescindível para o fortalecimento da agricultura nessas regiões.

Maldaner defende a construção da Ferrovia do Frango

A construção da Ferrovia do Frango, um ramal da malha ferroviária de Santa Catarina, foi defendida ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Segundo ele, trata-se de um trecho com cerca de 300 quilômetros ligando Herval do Oeste a São Miguel do Oeste, na fronteira com a Argentina, atravessando uma região onde se encontra forte produção avícola e inclui cidades como Joaçaba, Chapecó e Xanxerê.

Maldaner disse que a construção desse ramal se constituiria em um corredor ferroviário de exportação e importação, integrando o oeste de Santa Catarina com o litoral, e reforçaria a infra-estrutura do Mercosul, aproximando o Brasil do Chile e do oceano Pacífico. De acordo com o senador, esse corredor poderia transportar cargas como carnes e embutidos de aves e de suínos, farelo e óleo de soja, papel e celulose, tabaco, têxteis, madeira beneficiada, móveis, produtos de cerâmica, motocompressores e motores elétricos.

O senador explicou que o investimento necessário foi estimado em US\$ 400 milhões e lamentou que a Ferrovia do Frango não esteja incluída no Plano Plurianual (PPA) para o triênio 2000/2003.



Maldaner: obra não consta do PPA 2000/2003



Senadores Amir Lando (E) e Pedro Simon (D) participaram da feira em sessões de autógrafos

Senado marca presença na Feira do Livro do RS

A 45ª Feira do Livro de Porto Alegre terminou na segunda-feira, registrando, pelo segundo ano consecutivo, uma expressiva presença do Senado Federal. Além do intenso movimento no estande da Casa, as sessões de autógrafos realizadas por senadores estiveram entre as mais concorridas. "A segunda participação do Senado, e novamente de forma brilhante, representa, para os organizadores, o compromisso de manter esse brilho entre nós nos próximos anos", afirma Paulo Flávio Ledur, presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro.

Nos últimos dias, a presença de senadores voltou a movimentar a Praça da Alfândega, onde estiveram instalados os mais de 180 estandes de venda de livros. Na sexta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) realizou a maior sessão de autógrafos da 45ª edição da feira, permanecendo por quase quatro horas no pavilhão central. Ele autografou a coletânea de seus discursos intitulada *Em Defesa da Ética* e exemplares do relatório da Subcomissão Especial sobre Rádio e TV.

No domingo, o senador Amir Lando (PMDB-RO) participou da homenagem

prestada pela OAB-RS ao patrono da 45ª Feira do Livro, o escritor e advogado Décio Freitas. Depois, Lando autografou o relatório final da CPI que investigou denúncias contra Paulo César Farias e entregou exemplares da *Bibliografia Básica do Legislador* a diversos parlamentares do estado. Na ocasião, foi lançada a reedição da obra rara *Observações sobre a Fraqueza da Indústria, e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*, do Visconde de Cairu.

Os organizadores estimam que a feira tenha atraído, em seus 18 dias, mais de 1.400 pessoas.

Relatório de Brant recebe emendas até terça-feira

Dentro de uma semana, a Comissão de Erradicação da Pobreza deverá votar o texto que prevê a criação de um fundo destinado a financiar ações para reduzir a marginalidade social e melhorar qualidade de vida da população

A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza transferiu para terça-feira, às 14 horas, o prazo-limite para a apresentação de emendas

ao relatório do deputado Roberto Brant (PFL-MG). Na quarta-feira que vem, às 9 horas, serão realizadas a leitura e a votação do texto final. Reunidos ontem, os integrantes da comissão começaram a debater o trabalho do relator.

A principal iniciativa de Brant parte da proposta de emenda constitucional do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que institui, no período de 2000 a 2010, um Fundo de Combate à Pobreza, para financiar ações destinadas à redução da marginalidade social e à melhoria da qualidade de vida da população pobre do país.

Brant cria também uma Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira. Entre as fontes de receita para o fundo, está um adicional de cinco pontos percentuais sobre a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre supérfluos, como fumo e bebidas alcoólicas. Esse foi um ponto aceito sem restrições pelos integrantes da comissão.

Vários deles discordaram, contudo, da idéia de entregar a administração desse fundo a um Conselho Nacional da Solidariedade, a ser nomeado pelo presidente da República e composto por nove integrantes, entre eles, quatro representantes da sociedade civil. Pela proposta de



A comissão começou ontem a debater o relatório do deputado Roberto Brant, que prevê a criação de um Conselho Nacional de Solidariedade

Brant, caberá a esse conselho aprovar o planejamento das ações de combate à pobreza e definir o universo dos seus beneficiários.

O relator propõe também que 75% dos recursos do fundo sejam necessariamente aplicados no desenvolvimento físico e mental de crianças que estejam abaixo da linha de indigência. Ele cria ainda um Bônus da Solidariedade, a ser entregue, mensalmente, às mães dessas crianças. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu que esse bônus cobrirá um hiato de renda da população indigente, mas observou que ainda é pouco, visto que, em sua opinião, cabe ao Estado garantir a todos o usufruto das riquezas da nação.

Suplicy questionou como um conselho de nove pessoas nomeadas pelo presidente da República poderá ser mais eficiente que o Legislativo na definição de quais famílias deverão ser beneficiadas por esse fundo. Em sua opinião, o Bônus da Solidariedade deveria também ser decidido pelo Congresso. Ele apontou o risco de

esses recursos serem distribuídos por critérios não objetivos.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu a inclusão nas fontes de recursos para o fundo de um imposto cobrado dos mais ricos, como a taxa de grandes fortunas. A senadora Marina Silva (PT-AC) lastimou que o relator não tenha ousado mais. "Não estamos criando nada de novo", sustentou.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) sugeriu que, à medida em que se forem extinguindo os prazos definidos para a concessão de incentivos fiscais, esses incentivos sejam incorporados aos recursos do Fundo de Combate à Pobreza. Roberto Brant aceitou imediatamente a idéia. Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP) também se mostraram preocupados com a garantia de recursos para o fundo. O relator da lei orçamentária, deputado Carlos Mellis, fez uma exposição sobre o quanto são escassos os recursos do Orçamento da União para 2000.

CCJ aprecia proposta de Antonio Carlos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia hoje, às 10 horas, proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza. De acordo com a emenda, o fundo terá vigência de dez anos e será constituído por parcelas de diversos tributos e contribuições já existentes, com previsão de arrecadar recursos anuais entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões.

Os recursos, de acordo com a proposta, serão destinados ao financiamento de programas nas áreas de nutrição, habitação, educação, saúde, complementação de renda e outros programas de interesse social. Na justificativa da proposta, Antonio Carlos defendeu a implementação de programas de resgate so-

cial, afirmando que apenas o crescimento econômico é insuficiente para resgatar da pobreza os cerca de 40 milhões de brasileiros que vivem sem ter acesso às condições básicas da cidadania.

A proposta aponta 13 fontes de receitas para o fundo, entre as quais 10% do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), 2% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), 3% do Imposto sobre Importação, 1% do Imposto de Renda de estados e municípios com mais de 500 mil habitantes, 20% do PIS/Pasep direcionado ao BNDES, 10% dos recursos destinados ao Sebrae e 1% das movimentações das contas CC-5. Também prevê o acréscimo de 10% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de luxo e supérfluos e, ainda, sobre o fumo e bebidas alcoólicas.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria, apresentou parecer recomendado a sua aprovação.

A comissão, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), também deverá apreciar emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) a substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) que antecipa para as eleições de 2002 a exigência do critério de desempenho para o acesso das agremiações ao fundo partidário e ao horário gratuito no rádio e na televisão. A emenda adia para 2010 a entrada em vigor da lei.

Constam ainda da pauta da CCJ outras 11 matérias, incluindo projeto do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) que proíbe a criação de cães da raça Pit Bull, que tem parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Senador elogia trabalho de comissões

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem o trabalho da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza e da CPI do Judiciário, que estão em fase de apresentação e apreciação de relatórios.

Segundo Antonio Carlos, a Comissão pela Erradicação da Pobreza "fez um trabalho notável". Já a produção da CPI foi considerada "excelente" pelo senador.

Indagado sobre como deve agir a CPI

do Judiciário, no caso das acusações envolvendo o senador Luiz Estevão, o presidente do Senado disse o que espera da CPI.

— Nem corporativismo, nem pesar a mão. Justiça — afirmou.

Paulo Souto apresenta conclusões sobre obra de prédio do TRT-SP

Os senadores da CPI do Judiciário reúnem-se hoje, às 10 horas, para conhecer o relatório sobre as denúncias de ilegalidades e superfaturamento na construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, que será apresentado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA). Este será o sétimo relatório a ser apreciado na comissão. Todos foram aprovados.

A construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento de São Paulo é um dos principais pontos investigados pela comissão. A obra, até hoje inacabada, consumiu cerca de R\$ 228 milhões. A CPI ouviu o juiz Nicolau dos Santos Neto, que na época da licitação presidia o TRT-SP e foi o responsável pela obra. Também depôs o ex-gênero do magistrado, Marco Aurélio Gil, que acusou o ex-sogro de se apropriar de recursos públicos e de ostentar sinais exteriores de riqueza incompatíveis com seus vencimentos.

Em seu depoimento, Nicolau negou que tenha havido desvio de verba pública durante a construção da sede do TRT ou qualquer irregularidade no processo licitatório. O juiz disse que seu ex-gênero fez acusações contra ele porque, após a separação de sua filha, Maria Cristina Santos, foi movido por um "frustrado e rasteiro projeto de extorsão".

A comissão ouviu os proprietários da Construtora Incal, vencedora da li-



citação para execução da obra. Um deles, Fábio Monteiro de Barros, questionou as acusações de superfaturamento do prédio e apresentou parecer do Sindicato Nacional da Construção Civil, segundo o qual o prédio estaria avaliado em US\$ 193 milhões (cerca de R\$ 341 milhões). Além disso, negou ter relações pessoais com o ex-juiz Nicolau. O diretor-técnico da empresa, José Eduardo Correa Teixeira Ferraz, acusou o TRT/SP de não cumprir o contrato com a Ikal e violar o cronograma econômico-financeiro da obra, atrasando pagamentos e prejudicando a conclusão do prédio.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) também prestou depoimento à CPI. Ele explicou as relações comerciais de suas empresas com o Grupo Monteiro de Barros. De acordo com o senador, o Grupo OK, de sua propriedade, realizou diversos negócios com o Grupo Monteiro de Barros, do qual faz parte a Construtora Incal, responsável pela obra do TRT-SP, entre os quais a construção do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil e em um empreendimento agropecuário em Mato Grosso.



Paulo Souto já divulgou seis outros relatórios parciais

Everardo defende maior acesso a contas bancárias

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, pediu ontem, em exposição à Comissão Mista de Orçamento, que os deputados aprove o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as dificuldades para que a Receita tenha acesso a movimentações bancárias, o que permitirá a identificação de dinheiro movimentado em bancos, mas não declarado no Imposto de Renda.

Depois de afirmar que a carga tributária no Brasil já está no seu limite, Everardo defendeu a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), ponderando que se trata do imposto "mais simples possível" e que "é terrível" para os sonegadores. "Movimentou o dinheiro, está lá o imposto. Ele tem valor quase desprezível, mas não

permite renúncias ou créditos para empresas", observou. O secretário informou que 34% do dinheiro movimentado nos bancos, identificado graças à CPMF, "não tem origem, não tem explicação". A Receita, no entanto, é proibida de iniciar uma investigação para verificar se os donos desse dinheiro declararam ou não esse patrimônio.

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), volta a se reunir amanhã, para apreciar relatórios sobre projetos de lei que abrem créditos suplementares e especiais em favor de diversos órgãos dos poderes Executivo e Judiciário, no valor total de R\$ 21,3 bilhões, e a execução orçamentária do subprojeto referente à BR-080/GO, no valor de R\$ 600 mil.

Cidadão poderá acompanhar gastos públicos

CAE acolhe projeto de lei complementar que assegura a todo brasileiro o direito a informações detalhadas sobre gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal

Projeto de lei complementar que assegura a todo cidadão o direito a informações detalhadas sobre o poder público para que possa analisar a natureza, o procedimento administrativo e os fins dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal teve ontem parecer favorável aprovado por unanimidade pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto estabelece normas para regular o acesso de órgãos, instituições públicas e entidades representativas da sociedade civil ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e a outros sistemas de informações de órgãos públicos.

Pela proposta, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário instalarão,

em até 270 dias a partir da vigência da lei, terminais que permitam ao cidadão ter acesso a todas as bases de dados referentes aos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial de seus órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, em especial os seguintes sistemas de informação, além do Siafi: Sistema de Dados Orçamentários (Sidor), Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e Sistema do Patrimônio Imobiliário da União (Spui).

O relator da matéria, Roberto Saturnino (PSB-RJ), deu parecer favorável ao projeto nos termos do substitutivo já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com duas emendas. Uma das emendas estendeu o prazo para a instalação dos sistemas de 180 para 270



O senador José Eduardo Dutra é o autor do projeto...



... aprovado na reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos

dias. A outra emenda estabelece que as despesas decorrentes da aquisição e instalação dos terminais de consulta previstos no projeto ficarão por conta do orçamento de cada sistema de controle interno, cabendo aos administradores ou proprietários dos sis-

temas ou base de dados os gastos com transmissão de informações e eventuais ampliações.

O projeto, que teve como relator substituto na reunião da CAE o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ainda será votado pelo plenário.

Aprovado empréstimo do BNDES para o Piauí

A Comissão de Assuntos Econômicos acolheu ainda parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável à contratação de empréstimo de R\$ 3,4 milhões pela prefeitura de Teresina (PI), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária. A matéria será ainda votada em plenário.

Para Jucá, os argumentos do Banco Central contrários ao empréstimo – resultado primário negativo (gastos maiores que a receita, excluído o pagamento de juros) e falta de declaração específica do Tribunal de Contas do Estado – “não representam empecilho ou fator impeditivo à aprovação do pleito do município”. Conforme o parecer de Jucá, lido pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a Resolução 93/98 alterou a Resolução 78/98, dispensando a exigência de um resultado primário positivo para contratação desse empréstimo.

Jefferson Péres (PDT-AM) pretendia solicitar diligências para obter mais informações sobre o déficit primário e sobre a certidão do Tribunal de Contas do Estado, mas aceitou a explicação do senador José Fogaça (PMDB-RS), dizendo que as alterações propiciadas pela Resolução 93/98 eximiam o município da apresentação daqueles documentos.

Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que a CAE tem ignorado os termos da Resolução 78/98, como fez na aprovação de empréstimos para outros estados. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a CAE aprovou tantas excepcionalidades que elas agora geram jurisprudência. “Como liberou geral, vou votar a favor deste empréstimo”, afirmou, sendo cumprimentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

O crédito, ressaltou Jucá, permitirá ao município elevar a arrecadação de recursos próprios, em razão da melhoria de sua administração tributária.

Fabricante terá que divulgar riscos de detergentes e inseticidas

Presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a CAE aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável a projeto que estabelece a adoção obrigatória de símbolos, com informações sobre o perigo à saúde humana, nos rótulos e embalagens de inseticidas, raticidas, desinfetantes e detergentes. O projeto, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), será enviado para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

Conforme o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), o projeto acrescenta normas a um artigo da Lei nº 6.360, de 1976, que trata da vigilância sanitária a que estão sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos.

Pelo projeto de Tião Viana, os chamados saneantes domissanitários (inseticidas, raticidas, desinfetantes e detergentes), deverão ser classificados segundo o risco que apresentam para



Segundo Viana, os chamados saneantes domissanitários podem até provocar mortes

a saúde humana, sendo atribuído, a cada categoria de risco, um símbolo a ser empregado, obrigatoriamente, nos rótulos, embalagens, etiquetas, peças publicitárias, prospectos, bulas e instruções de uso.

O fabricante, distribuidor, importa-

dor ou vendedor desses produtos, bem como o responsável pelo meio de comunicação que deixar de cumprir essas normas, será enquadrado nos crimes configurados contra as relações de consumo, previstos no Código de Defesa do Consumidor, ficando sujeitos às penas previstas nessa legislação.

Segundo a justificativa do autor e o parecer do relator da matéria, essas normas se justificam porque os produtos são agentes de intoxicação, e podem até provocar mortes em alguns casos mais graves.

SOCORRO MÉDICO

Na mesma reunião, os senadores decidiram adiar a votação do parecer ao projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que propõe o repasse mensal de 10% do valor total arrecadado pelas companhias de seguro – que operam com seguros de danos pessoais causados por veículos automotores – para instituições que prestam primeiros socorros médicos.

Prestação e preço total devem ter igual destaque, decide CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos também aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que obriga as peças publicitárias a darem igual destaque a todos os componentes de preço, seja a venda realizada à vista ou a prazo. O parecer do relator, José Alencar (PMDB-MG), foi aprovado por unanimidade e somente será votado em plenário se houver apresentação de recurso.

O projeto altera a Lei 6.463/77, que determina que sejam informados o preço de venda à vista do produto e o

valor e o número de prestações mensais. A matéria aprovada ontem na CAE determina que “na respectiva publicidade escrita e falada será obrigatória a declaração, com igual destaque, do preço de venda à vista da mercadoria, do número e do valor das prestações, da taxa de juros mensal e dos demais encargos financeiros a serem pagos pelo comprador, incidentes sobre as vendas à prestação”.

O projeto de lei aprovado também quer modificar o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). A ele acrescenta determinação

estabelecendo que, “quando a oferta ou a apresentação se referirem a fornecimento com pagamento parcelado, também serão informados, com igual destaque, o preço de venda à vista da mercadoria, o número e o valor das prestações, a taxa de juros mensal e os demais encargos financeiros a serem pagos pelo comprador, incidentes sobre as vendas a prestação”.

Em seu voto, Alencar afirma ser “prática comum” a preponderância visual, na publicidade impressa, do valor das prestações, em detrimento das informações acerca do efetivo desembolso após a totalidade do pagamento parcelado. Para ele, essa prática tem como objetivo “dissimular informações essenciais ao discernimento do comprador”.

Para o relator, a proposição de Alcântara “se reveste da mais alta relevância do ponto de vista do indivíduo e da economia popular”. A iniciativa, para ele, favorece a criação de “uma verdadeira consciência de cidadania ao viabilizar, inclusive, a identificação da prática da cobrança de juros e encargos extorsivos, contrários ao interesse do país e da sociedade”.

GOVERNADORES

Ao término da reunião, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), avisou que na tarde da próxima terça-feira a comissão recebe os governadores da região Sul. Eles irão falar sobre a situação financeira de seus estados, como já fizeram os governadores das regiões Norte e Nordeste.

Antigo estúdio da Rádio Nacional sediará museu

Projeto do senador Artur da Távola, aprovado em caráter terminativo, procura preservar a memória do país a partir dos anos 30, quando a emissora era líder de audiência e tinha em seu elenco artistas prestigiados e populares

O antigo estúdio da Rádio Nacional do Rio de Janeiro deverá ser tombado como patrimônio histórico e cultural, transformando-se em Museu da História do Rádio no Brasil, de acordo com projeto do senador Artur da Távola (sem partido-RJ) aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado, em caráter terminativo. O



Távola propôs tombamento como patrimônio histórico

projeto seguirá para apreciação da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação em plenário.

As medidas requeridas para o tombamento e criação do museu serão adotadas pelo Ministério da Cultura. Segundo o relator da matéria, se-

nador Hugo Napoleão (PFL-PI), a Rádio Nacional, inaugurada em 1936, foi líder de audiência durante toda a fase áurea do rádio brasileiro e responsável pela contratação dos artistas mais populares e prestigiados do país.

Para o senador, a Rádio Nacional reúne a própria história do Brasil, principalmente entre os anos 30 e 60, período em que se formou a identidade cultural do país. Napoleão disse que o tombamento do estúdio é de fundamental importância para que sejam preservados testemunhos dos diferentes setores da sociedade.



A proposta acolhida pela Comissão de Educação será agora apreciada pela Câmara

Comissão de Educação aprova a criação de dia do idoso

A Comissão de Educação do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que institui o Dia Nacional do Idoso, a ser comemorado no dia 27 de setembro. O projeto segue agora para deliberação da Câmara dos Deputados.

Ao justificar a iniciativa, Luiz Estevão lembrou que a data vem sendo comemorada informalmente no país há cerca de duas décadas e informou que

a ONU já instituiu o dia 2 de outubro como o Dia Internacional do Idoso.

Segundo o relator da matéria, senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a aprovação do projeto é um passo importante para assegurar melhores condições de vida aos idosos brasileiros. Ele lembrou que em 20 anos 35 milhões de pessoas estarão na terceira idade, transformando o Brasil no sexto país com a maior população idosa.

Ensino fundamental inclui símbolos nacionais em currículo

O estudo dos símbolos nacionais será incluído nos currículos das escolas de ensino fundamental como tema transversal (utilizado em diversas disciplinas), de acordo com projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), aprovado ontem pela Comissão de Educação do Senado. Atualmente, os alunos já estudam matérias que não compõem o currículo oficial, como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual.

O objetivo do projeto, segundo Luzia Toledo, é proporcionar aos alunos de 1º grau a oportunidade de conhecer melhor os símbolos nacionais, despertando neles um maior amor à pátria.

Ela lembrou que muitos adolescentes sequer sabem cantar os hinos Nacional, da Bandeira e da República.

O relator do projeto, senador Bello Parga (PFL-MA), disse que os chamados temas transversais já estão sendo ensinados em milhares de escolas brasileiras, "levando os estudantes não somente a uma aprendizagem em relação aos temas propostos, mas também a reflexões úteis para toda a vida".

Na mesma ocasião, a Comissão de Educação aprovou projeto de decreto legislativo renovando a concessão da TV Studios Sílvio Santos, atualmente denominada TV SBT –

Canal 11, do Rio de Janeiro. Foram aprovadas, também, a renovação das concessões das rádios Andradina, Independência de Ribeirão Preto, Clube de Mococa, Eldorado e Luz, todas de São Paulo, além da Rádio Fundação Cultural Rio-Grandense (RS).



Luzia Toledo quer despertar maior amor à pátria

Luiz Estevão recordou que a data vem sendo comemorada informalmente há cerca de duas décadas



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Tênis
7h30 – *Especial Unip* – Papiloma vírus (2ª parte)
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – Senador Romeu Tuma fala sobre responsabilidade penal para menores
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após – CPI do Judiciário (ao vivo)
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Subcomissão de Rádio e TV (ao vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)

Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste. Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

Luta pela reforma agrária será lembrada anualmente em abril

A Comissão de Educação aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), com parecer favorável de Sebastião Rocha (PDT-AP), instituindo o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, a ser comemorado anualmente no dia 17 de abril.

Em seu parecer, Rocha lembra que foi no dia 17 de abril que ocorreu o massacre de trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás, e informa que a data foi também escolhida por 69 organizações camponesas dos quatro continentes como o Dia Mundial de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência.

Durante os debates, Marina Silva observou que, apesar de a data escolhida encerrar um episódio negativo, "ela poderá se tornar um marco, como o assassinato de Chico Mendes, que em vez de desmobilizar revigorou a luta dos povos da floresta".

"Temos de lamentar a necessidade de um projeto como esse", disse o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que criticou a falta de determinação do governo para a realização de um amplo projeto de reforma agrária. Ele ressaltou, no entanto, que embora necessária, a reforma agrária "não se fará ao arrepio da lei". Já o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) parabenizou Marina Silva e destacou que "a reforma agrária não é um problema de polícia mas político."

COMUNICAÇÃO

Também em caráter terminativo, a CE aprovou projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que inclui o ensino da Introdução à Comunicação de Massa no currículo escolar. Ao relatar a proposta, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) afirmou que "a comunicação de massa tornou-se a grande mediadora das relações no mundo contemporâneo, operando transformações sem precedentes no homem e em sua realidade.

Semana de criança excepcional terá selo comemorativo

De autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), projeto que tem por objetivo a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação. Conforme a proposta, o produto da venda do selo instituído será destinado a entidades de amparo a pessoas portadoras de deficiência.

O relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), deu parecer favorável, mas ressaltou que ela "tem um cunho meramente recomendativo", ou seja, o Executivo poderá adotar ou não a sugestão contida no projeto. Em sua argumentação o autor informa que apenas 2% dos cerca de 15 milhões de brasileiros portadores de características especiais recebem tratamento adequado.

AEROPORTO

A CE também aprovou projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que concede ao Aeroporto de Macapá o nome de Aeroporto Nelson Salomão Santana. Segundo o senador, a nova denominação segue tradição já consagrada no Brasil, de atribuir aos aeroportos das capitais o nome das pessoas que mais se destacam na vida da região.

– Nelson Santana desempenhou destacado papel na condução do processo de fundação do novo estado do Amapá, como presidente da Assembléia Estadual Constituinte – lembrou.

REQUERIMENTO

A Comissão de Educação aprovou ainda requerimento de autoria do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) propondo que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja ouvida antes da apreciação de propostas dispostas sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, originárias da Câmara dos Deputados.

Freire defende serviço obrigatório para médicos

Se a proposta for aceita, os profissionais recém-formados terão de prestar atendimento, pelo prazo mínimo de um ano, em pequenos municípios aos quais hoje falta mão-de-obra para oferecer assistência de saúde à população

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu ontem a prestação de serviço social obrigatório, por parte de todos os médicos recém-formados em escolas públicas e privadas. "Para ingressarem, definitivamente, no exercício profissional da medicina, os médicos deveriam, pelo prazo de um ano, prestar atendimento em pequenos municípios, remunerados pelo poder público federal", afirmou.

Para Freire, uma iniciativa como essa iria resolver boa parte das dificuldades que muitos prefeitos enfrentam ao oferecer condições dignas de trabalho para

médicos sem encontrar candidatos. "Gostaria de saber a posição do Conselho Federal de Medicina (CFM) sobre essa proposta", disse o senador, para quem a idéia pode contribuir "para resolver os desafios da interiorização da medicina no país".

Ele lembrou o paradoxo de o Brasil contar com médicos aparentemente em número suficiente, mas concentrados nas capitais e grandes e médios municípios, enquanto os pequenos ficam sem atendimento. "O PPS está vocacionado para o poder. Assim, não vamos nos satisfazer com o

Roberto Freire também quer proibir os médicos de terem mais de um emprego público



diagnóstico dos dramas nacionais, mas procurar soluções."

Freire lembrou recente decisão do governo brasileiro de renunciar ao convênio com a Unesco que permitia a presença de médicos estrangeiros no país, em especial dos "Médicos sem Fronteira", que trabalhavam em favelas e municípios longínquos, e de profissionais cubanos que atendiam mu-

de de 'importar' médicos."

Segundo Freire, são necessários métodos inovadores de gerenciamento e alterações de caráter institucional para mudar o panorama do atendimento à saúde no Brasil. "Ao lado do serviço social obrigatório, propomos a proibição de que os médicos tenham mais de um emprego público. Esse foi um equívoco da Constituição. Segundo denúncias, isto está resultando num sistema em que o médico ganha pouco, mas trabalha pouco. Mesmo que não seja prática generalizada, é um escândalo", indignou-se o senador.

Mozarildo Cavalcanti vê resistência à idéia

O corporativismo e a burocracia impedem que as populações interiores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebam assistência médica adequada de profissionais brasileiros, afirma o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Mozarildo comentou reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense* no último domingo, sob o título "Salva-vidas cubanos em Roraima", a qual destaca que o atendimento prestado por 39 médi-



Mozarildo: corporativismo prejudica a assistência às populações do interior

cos nos 15 municípios do estado reduziu a mortalidade infantil em 25%.

Apelando ao ministro da Saúde, José Serra, para que adote providências no sentido de levar profissionais de saúde para o interior e estimular a formação de médicos generalistas, Mozarildo lembrou que o governo de Roraima deu início em 1997 ao programa "Médico em sua Casa", utilizando com sucesso profissionais cubanos. Embora haja mé-

dicos brasileiros em número suficiente, sua distribuição é desigual, registrando-se concentração nas capitais e nas regiões Sul e Sudeste, destacou o parlamentar.

O senador, que é médico, disse que já apresentou projeto de lei estabelecendo um ano de estágio remunerado no interior do país para formandos em medicina, mas sua proposta tem encontrado resistências. Além de Roraima, o estado do Acre também utiliza médicos cubanos, mas o Conselho Federal de Medicina (CFM) vem criando empecilhos à atuação dos profissionais estrangeiros, afirmou Mozarildo Cavalcanti.

Quintanilha pede debate para enfrentar a violência

A escalada da violência preocupa o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que conclamou ontem o Senado e a sociedade brasileira a se debruçarem sobre o tema em busca de soluções. O senador considera inaceitável que cidadãos de todas as idades estejam se sentindo privados do direito constitucional de ir e vir, de sair de casa e retornar com tranqüilidade.



Quintanilha: prisões brutalizam, ao invés de recuperar as pessoas

Quintanilha ressaltou que uma das causas da violência é a superlotação das prisões, onde as pessoas se brutalizam em vez de se recuperarem. Ele defendeu o estabelecimento de condições para que

os prisioneiros trabalhem, inclusive com a possibilidade de redução da pena em função do período trabalhado. "O cidadão desocupado dia e noite sai da prisão com vontade de praticar mais atos desumanos", observou.

Os filmes violentos, mostrados à exaustão na TV e nos cinemas, também estimulam a criminalidade na juventude e a integração ao crime organizado, no entender do senador. "Por que vender à população esse lixo, geralmente importado, que ensina a prática de crimes hediondos?", questionou, pedindo providências.

Tebet quer que Novoeste cumpra contrato que assinou

A privatização da Noroeste do Brasil, especialmente do trecho Bauru (SP)/Corumbá (MS), comprado pela empresa norte-americana Novoeste, "foi uma das privatizações fracassadas", disse ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao exigir providências do governo para que a empresa cumpra suas obrigações contratuais.



Tebet diz que ligação entre Corumbá e Bauru é vital para MS

— A Novoeste acabou de sucatear a Noroeste. Os trens de passageiros e os vagões de carga estão apodrecendo, as oficinas estão no completo abandono. A Novoeste não fez absolutamente nada e não há providência alguma do governo para que o contrato de privatização seja cumprido — protestou.

Ele argumentou que a ferrovia é tão importante para Mato Grosso do Sul que sua história confunde-se com a do desenvolvimento do estado, sendo vital para a região do Pantanal Mato-Grossense e o futuro do ecoturismo.

Tebet registrou como "fato auspicioso" o início da obra de construção de con-

torno ferroviário na capital do estado, Campo Grande, com a retirada dos trilhos da Noroeste do centro da capital, fonte de inúmeros acidentes e mortes.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) salientou que a deterioração do sistema ferroviário nacional está na contramão das necessidades do país e da importância que é dada a esse tipo de transporte pelos países desenvolvidos. Alberto Silva (PMDB-PI) relatou que o rebaixamento de trilhos realizado em Teresina poderia ser avaliado pela prefeitura de Campo Grande.



Eduardo estendeu homenagem a toda a equipe do Sarah

Eduardo registra título dado a neuropsicóloga

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), em nome da liderança de seu partido, parabenizou a neuropsicóloga Lúcia Braga pelo título de doutora *honoris causa*, concedido pela Universidade de Reims, na França. A cada 50 anos, conforme o senador, a instituição elege três personalidades vinculadas à pesquisa no mundo. Eduardo estendeu a homenagem à equipe do Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, onde Lúcia Braga dedica-se à recuperação de deficientes físicos e mentais e desenvolve as pesquisas sobre o funcionamento do cérebro, que resultaram no título.

Projeto permitirá à PF atuar melhor na Amazônia, diz Moreira Mendes

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) reiterou a importância do projeto Pró-Amazônia na melhoria das condições de trabalho da Polícia Federal (PF) na região Norte. "Trata-se de um projeto de decreto legislativo, em exame na Comissão de Relações Exteriores, para aquisição de equipamentos na França, bem como criação de novas unidades operacionais em todos os estados amazônicos", disse.



Moreira defende melhores condições de trabalho para a PF

Segundo Moreira Mendes, o projeto virá se somar a outras iniciativas governamentais para reforçar a atuação da PF na região, em especial no combate ao narcotráfico e ao crime organizado internacional. "O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) fornecerá informações preciosas para orientar as ações

repressoras da PF, além de possibilitar o mapeamento das riquezas naturais e a identificação de pistas clandestinas. Ele estará operacional a partir de 2002", afirmou.

O senador explicou que o Pró-Amazônia também inclui a implantação de meios de transporte aéreo, fluvial, marítimo e terrestre que levem em conta as peculiaridades geográficas, a natureza das missões e as diversidades regionais.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou a dificuldade de atuação da PF, numa área tão complexa como é a Amazônia. Romero Jucá (PSDB-RR) antecipou que, como sub-relator do Orçamento de 2000 para as áreas de Justiça e Defesa, dará "prioridade às reivindicações da Polícia Federal".